

**A CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA
LEITURA NOS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRA-
MENTO: DA ORALIDADE À ESCRITA**

Carla Sarlo Carneiro Chrysóstomo (UNINI México/FAETEC)
carlasarloc.chrysostomo@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a importância da construção contextualizada através da interação cooperativa, necessárias na elaboração do conhecimento e do pensamento do aluno, antes de ser veículo de sentimentos, ideias, emoções e aspirações. Será apresentado um trabalho de pesquisa nas turmas de primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental em uma escola estadual, na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ, que investigará a não utilização de palavras oriundas do seu meio cultural e regional nas construções textuais dos alunos, nos materiais didáticos utilizados. A linguagem por ser multiforme, heterogênea e heteróclita, foi um processo criador por meio do qual as crianças organizavam e informavam suas experiências. O educador precisa enfrentar os desafios conflitivos ao conciliar as exigências do desenvolvimento gradual da escrita ao mundo real da criança, sem tornar a atividade limitada e maçante. A aprendizagem da linguagem escrita deve ser um instrumento de inserção dialética entre professor, criança e mundo, tornando a leitura desafiadora, criativa e significativa para os alunos. O referencial teórico utilizado contempla autores como Fiorin (2014), Bakhtin (2003), Franchi (2012), Cagliari (1988), Rojo (2012) entre outros.

Palavras-chave: Linguagem. Aprendizagem Significativa.
Construção Contextualizada. Interação Cooperativa.

1. Introdução

O município de Campos dos Goytacazes – RJ / Brasil foi historicamente povoado por portugueses que preferiram os distritos, locais mais distantes ao que atualmente é denominado de centro.

Com o crescimento demográfico houve uma maior concentração da população no local que hoje é considerado a sede do município. Os colonizadores se situaram nos distritos e concentraram suas atividades na pecuária e plantio de cana-de-açúcar, a qual era fornecida para as usinas. O município chegou a possuir 50 usinas. O grande centro, onde se concentrava o comércio, bancos e escolas, começou a se desenvolver e oferecer mais empregos anuais, o que se mostrava muito mais interessante se comparado ao emprego periódico; nos distritos, trabalhava-se seis meses e nos outros seis não havia emprego: período da safra e entressafra.

As pessoas de baixa renda ficaram restritas à área rural e utilizaram o código linguístico que era o padrão. Com isso, os primeiros habitantes não se atualizaram em relação às mudanças linguísticas, ficaram desatualizados ortograficamente.

O povo da Baixada Campista é mestre em criar palavras e modismos diante das situações, como nos cumprimentos sociais. Frases e palavras que até hoje perduram, passaram a ser compreendidas através das inúmeras pesquisas de campo, e pesquisas em livros que retratavam o cotidiano do homem da zona rural de Campos.

Barcelos (1992, p. 16) destaca que “Fatos fonéticos (assimilação, dissimilação, metátese, prótese, aférese etc.) contribuem para o aparecimento de formas variantes, que enriquecem o curioso universo linguístico da região”. Palavras antigas, conservadas pelas pessoas mais idosas, de inteligência nativa, viajadas ou não, trazem às memórias das pessoas características psicológicas, hábitos e tradições das pessoas humildes.

Mortatti (2004) afirma que em 1553, a língua tupi, considerada a mais comum dentre as línguas indígenas da época, passou a ser denominada de “língua geral”, para ser utilizada no ensino e conversão dos índios.

Partindo do pressuposto que o ser humano se torna sujeito a partir de suas relações sociais, ou seja, pela linguagem, a presente pesquisa tem como finalidade estimular a utilização de palavras oriundas da cultura regional da criança no processo de alfabetização e letramento como modo de construção para representar a linguagem oral.

Esse trabalho está dividido em dois fragmentos: *A Língua em Função das Necessidades Sociais Designando ou Nomeando a Realidade e a Pesquisa de Campo e Discussões*, abordando a importância de alfabetizar e letrar partindo de contextos regionais da criança, utilizando a oralidade da mesma para uma construção conjunta, reconhecendo a leitura e a escrita como forma de comunicar-se pela compreensão intuitiva (operacional) das propriedades fundamentais desse processo de representação.

Os teóricos que muito contribuíram para a realização dessa pesquisa foram: Barcelos (1992), Mortatti (2004), (2012), Fiorin (2014), Bakhtin (2003), Franchi (2012), Cagliari (1988), dentre outros.

2. A língua em função das necessidades sociais designando ou nomeando a realidade

Rojo (2012) pressupõe que o processo de ensino de língua deve fazer sentido para os sujeitos, onde os contextos de letramento devem partir de práticas situadas no cotidiano dos aprendizes. É necessário trabalhar com eles a situação e a condição histórica em que se produziu o texto. Portanto, “diversos são os contextos sociais que demandam práticas que incluem habilidades de leitura e escrita, mas nem sempre a escola privilegia essas práticas ou as toma como objetos de ensino/aprendizagem” (ROJO, 2012, p. 188)

Fiorin (2014) afirma que a linguagem sempre exerceu um fascínio sobre o homem permitindo que o mesmo nomeie, crie e transforme o universo real, mas também troque experiências, tornando-a relativamente autônoma, tendo em vista as expressões de emoção, ideias, propósitos, organização de sons, palavras e frases que o mesmo orientado pela sua visão de mundo, realidade social, histórica e cultural transmite na sociedade em que vive. Portanto,

O pensamento linguístico contemporâneo, mesmo que em novas bases, formou-se a partir dos princípios metodológicos elaborados nessa época, que preconizavam a análise dos fatos observados. O estudo comparado das línguas vai evidenciar o fato de que as línguas se transformam com o tempo, independentemente da vontade dos homens, seguindo uma necessidade própria da língua e manifestando-se de forma. (FIORIN, 2014, p. 14)

De acordo com o autor supracitado o interesse pela linguagem surgiu na antiguidade expresso por mitos, lendas, cantos, rituais ou trabalhos eruditos.

Bakhtin (1999) afirma que as relações entre linguagem e sociedade são indissociáveis, onde as diferentes esferas da atividade humana dialogam entre si, produzindo discursos. Portanto,

A língua materna – a composição de seu léxico e sua estrutura gramatical –, não a aprendemos nos dicionários e nas gramáticas, nós a adquirimos mediante enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos durante a comunicação verbal viva que se efetua com os indivíduos que nos rodeiam. (BAKHTIN, 1999, p. 301)

O autor supracitado enfatiza que as pessoas para interagirem discursivamente, precisam saber se expressar em diferentes situações e, portanto, dominar os gêneros das diferentes esferas sociodiscursivas. Por isso, é comum que algumas pessoas, mesmo tendo um bom domínio linguístico-discursivo em determinadas situações, não consigam se expres-

sar de maneira eficaz em outro contexto.

Cipro Neto (2003, p. 11) destaca que “a formação, o desenvolvimento e a expansão da língua portuguesa estão obviamente vinculados à história dos povos que a criaram e ainda hoje a empregam e transformam”. De acordo com esse autor o português é uma língua neolatina, novilatina ou romântica, a partir das transformações verificadas no latim.

Antunes (2001, p. 21) afirma que “o conhecimento é resultado da ação do aluno sobre o mundo, o que equivale a afirmar que a atividade do aprendiz é indispensável. Isso esclarece por que não existe aprendizagem passiva”.

Cagliari (2002) destaca que ensinar é um ato coletivo e aprender é um ato individual. Portanto,

A aprendizagem é sempre um processo construtivo na mente e nas ações do indivíduo. O ensino não constrói nada: nenhum professor pode aprender por seus alunos, mas cada aluno deverá aprender por si, seguindo seu próprio caminho e chegando onde sua individualidade o levar. Por isso, a aprendizagem será sempre um processo heterogêneo, ao contrário do ensino, que costuma ser tipicamente muito homogêneo. (CAGLIARI, 2002, p. 37)

A aprendizagem ocorre em um processo heterogêneo porque cada um aprende no seu ritmo próprio à medida em que recebe os ensinamentos no decorrer da vida.

Jordão (2005) destaca que com os descobrimentos marítimos, a língua portuguesa espalhou-se pelas ilhas do Atlântico, atingiu as costas da Ásia e da África, aportando na Terra de Santa Cruz chamada Brasil. Portanto,

Ao chegarem ao Brasil no século XVI, os portugueses descobriram, além de terras, um idioma singular: o tupi, uma língua primitiva que era falada no vasto território recém-descoberto, inclusive nas fronteiras. Impor a língua portuguesa aos nativos foi uma das tarefas mais difíceis para os colonizadores. Para alcançar algum resultado no processo de catequese, os jesuítas estudaram a língua dos índios e produziram uma gramática do tupi. (JORDÃO, 2005, p. 322)

Essa autora supracitada afirma que as lições de catequese eram aprendidas em tupi e em português, onde a língua tupi ocupou um papel de destaque até o século XVIII, porém com a chegada dos imigrantes portugueses, a mesma foi desaparecendo e hoje está quase extinta.

Orlandi (2012) estabelece para a análise de discurso, um objeto-linguagem diferente daquele instaurado pela linguística tradicional, pois

caracteriza a linguagem como transformadora marcada com o compromisso pragmático de social e histórico, onde o homem não é isolável nem de seus produtos (cultura), nem da natureza, considerando a mesma interação necessária entre homem e realidade natural e social. Desta forma,

Não consideramos nem a linguagem como um dado nem a sociedade como um produto; elas se constituem mutuamente. Se assim é, o estudo da linguagem não pode estar apartado da sociedade que a produz. Os processos que entram em jogo na constituição da linguagem são processos históricos-sociais. (ORLANDI, 2012, p. 21)

O discurso é um objeto histórico-social, onde tomar a palavra é um ato social, com seus conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades etc.

Jordão (2005) enfatiza que a gramática foi criada pelo ser humano para garantir o processo de comunicação e o bom uso da língua. Sendo assim,

Falar uma língua não basta para que tenhamos conhecimento dos processos operacionais da língua que nos é transmitida. Fazemos parte de uma sociedade culturalmente organizada e, para que a língua possa continuar a exercer as suas funções essenciais, como a transmissão de saber, precisamos mantê-la possível de ser transmitida de geração em geração. (JORDÃO, 2005, p. 325)

De acordo com a autora supracitada o estudo da gramática permite o acesso da humanidade ao patrimônio cultural acumulado pelos antepassados e contemporâneos, os quais se perderiam através dos tempos, porque seria impossível compreendê-los sem um padrão gramatical comum.

É preciso considerar que existe uma relação entre linguagem e exterioridade que é constitutiva, onde o processo de significação é histórico. Assim,

As formações discursivas são formações componentes das formações ideológicas e determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição em uma conjuntura dadas. As palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva para outra, pois muda sua relação com a formação ideológica (ORLANDI, 2012, p. 23).

O sujeito se apropria da linguagem em um movimento social e não individual imbuído de ideologias adquiridas e formadas em um contexto social.

Leme (2003) afirma que a língua que veio para o Brasil com Cabral percorreu um longo caminho recebendo a influência da herança indígena (tupinismos) e a africana (africanismos), deixada pelos negros escravizados. Portanto,

A marca dos índios é particularmente visível ainda hoje, principalmente nos topônimos (isto é, nomes de lugares e acidentes geográficos) e nos nomes de plantas e animais: Piauí (rio dos piaus), Itajubá (pedra amarela), Paraná (semelhante ao mar), aipim, jacarandá, tapera, tamanduá... (LEME, 2003, p. 18)

O autor supracitado destaca a importância e a influência dos tupinismos e africanismos na construção da língua portuguesa como: *arapuca, pereba, sapeca, embatucar, tabaréu, pipoca, teteia e caipira* de origem tupi e *quitute, camundongo, molambo, maribondo ou marimondo, cochilar* de origem africana, as quais estão sendo usadas no dia a dia do brasileiro.

Segundo a teoria do Bernstein apud Soares (1989), a existência de diferentes tipos de linguagem, determinados pela origem social, determina o comportamento linguístico, onde as diferentes formas de relações sociais geram diferentes “códigos” linguísticos, criando para o falante diferentes ordens de relevância e de organização da realidade. Por isso que, a língua é considerada reflexo da cultura e determinante de formas de pensamento, onde a estrutura social vai gerar diferentes códigos linguísticos.

Franchi (2012) afirma que no dia a dia em sala de aula, a linguagem trabalhada no âmbito da alfabetização e do letramento é parte importante na elaboração do conhecimento, contribuindo para a construção do pensamento do aluno antes de ser veículo de seus sentimentos, ideias e emoções. Desta forma,

[...] assumo a hipótese de que a aprendizagem da linguagem escrita, na sua fase inicial, tem que operar sobre elementos significativos (como parte da atividade de representação e significação da linguagem). Isso não implica que o início do processo de alfabetização deva incidir sobre unidades significativas mais amplas (enquanto objetos linguísticos escritos) – sentenças, relatos, histórias; inclusive para evitar as dificuldades desses métodos no domínio dos processos combinatórios de análise e síntese indispensáveis à produção de escritas ainda não vistas ou praticadas. (FRANCHI, 2012, p. 21)

A autora acima afirma que a oralidade da criança é o meio mais conveniente e seguro para desenvolver uma aprendizagem significativa. Essa prática é importante porque valoriza a modalidade coloquial das crianças e uma contínua associação da mesma com a norma urbana de prestígio.

Segundo os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN), é necessário haver uma revisão das práticas de ensino da língua para evitar o estigma social, porque,

[...] apesar de ainda imperar no tecido social uma atitude “corretiva” e preconceituosa em relação às formas não canônicas de expressão linguísticas, as propostas de transformação do ensino de língua portuguesa consolidaram-se em práticas de ensino em que tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada é o uso da linguagem. (BRASIL, 1998, p. 18)

De acordo com o referencial supracitado, deve haver uma valorização das hipóteses linguísticas elaboradas pelos alunos no processo de reflexão sobre a linguagem e os textos reais construídos para o aprendizado da escrita.

Bakhtin (2003) afirma que a linguagem é um fenômeno social, histórico e ideológico. Portanto,

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. (BAKHTIN, 2003, p. 261)

O autor supracitado destaca que o discurso existe em forma de enunciados, considerando as unidades concretas e reais de comunicação discursiva.

Saussure, *apud* Fiorin (2014, p. 14), “[...] considerou a linguagem “heteróclita e multifacetada”, pois abrange vários domínios; é ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica; pertence ao domínio individual e social [...]”. A linguagem envolve uma diversidade de problemas que envolvem a análise de outras ciências como a psicologia, a antropologia, etc.

Franchi (2012) considera que conhecer do ponto de vista cognitivo, não é um processo puramente subjetivo e individual, ocorre na intensa interação com os outros. Desta forma,

[...] um alfabetizar letrando não se constitui num processo mecânico de mera correlação entre dois sistemas de representação; de fato, é preciso sempre considerá-lo nesse quadro em que a linguagem se concebe em seu caráter social e constitutivo dos sistemas de representação das relações da criança consigo mesma, com os outros e com o mundo. (FRANCHI, 2012, p. 21-22)

A autora acima alia pressupostos políticos e ideológicos com as exigências da pesquisa científica em educação, contribuindo para uma prática pedagógica real.

Para Bakhtin (1999) a língua, em seu uso concreto, é essencial-

mente dialógica e essa dialogia não se restringe ao diálogo face a face, ao contrário, existe uma dialogização interna da palavra que é perpassada sempre pela palavra do outro. O que significa que qualquer pessoa, ao falar, considera a fala do outro, e que, portanto, essa fala está presente na sua. Desta forma, o dialogismo é marcado pelo discurso bivocal e pelo discurso citado direto e indireto.

De acordo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, o domínio da linguagem e da atividade discursiva e cognitiva, utilizada por uma comunidade linguística são condições de possibilidade de plena participação social. Por isso,

Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de contribuir para garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania. (BRASIL, 1998, p. 19)

De acordo com o referencial supracitado, é necessário considerar os diferentes níveis de conhecimento prévio, tanto maior ou menor for o grau de letramento das comunidades em que vivem os alunos.

Chomsky, *apud* Fiorin (2014), destaca que a linguagem é uma capacidade inata transmitida geneticamente, característica própria da espécie humana. Desta forma,

[...] existem propriedades universais da linguagem, segundo Chomsky e os que compartilham de suas ideias. Esses pesquisadores dedicam-se à busca de tais propriedades na tentativa de construir uma teoria geral da linguagem fundamentada nesses princípios. Essa teoria é conhecida como gerativismo. (FIORIN, 2014, p. 15)

O autor supracitado acredita que as propriedades estruturais que distinguem a língua natural de outras linguagens são abstratas, complexas e específicas, as quais não são aprendidas do nada por uma criança, em fase de aquisição da linguagem.

Segundo os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN), toda educação comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para que o aluno possa desenvolver sua competência discursiva. Sendo assim,

Isso, por um lado, coloca em evidência as virtualidades das línguas humanas: o fato de que são instrumentos flexíveis que permitem referir o mundo de diferentes formas e perspectivas; por outro lado, adverte contra uma concepção de língua como sistema homogêneo, dominado ativamente e passivamente

por toda a comunidade que o utiliza. Sobre o desenvolvimento da competência discursiva, deve a escola organizar as atividades curriculares relativas ao ensino-aprendizagem da língua e da linguagem. (BRASIL, 1998, p. 23)

De acordo com o referencial supracitado, a importância e o valor dos usos da linguagem são determinados historicamente guiados pelas demandas sociais de cada momento, obrigando assim, à revisão substantiva dos métodos de ensino e à constituição de práticas que possibilitem ao aluno ampliar sua competência discursiva na sala de aula.

Reconhece-se a importância da Sociolinguística visto que entre sociedade e língua não há uma relação de mera casualidade, pois desde que o falante nasce, uma infinidade de signos linguísticos chega até ele através da comunidade que o cerca e suas capacidades comunicativas começam a tornar-se reais quando, por associação e imitação, começa a formular suas mensagens, que irão ser aperfeiçoadas de acordo com o estímulo recebido e aplicação referente a empenho do sujeito. Portanto,

Bernstein adverte que não se pode afirmar que a criança da classe trabalhadora não seria capaz de produzir uma linguagem semelhante à da criança da classe média; a diferença, na verdade, está na maneira como cada uma relacionou linguagem e contexto. A criança da classe média compreendeu que o contexto lhe pedia a explicitação, por meio da linguagem, das significações, enquanto que a criança da classe trabalhadora não interpretou da mesma forma o contexto, julgando possível manter implícitas as significações. (SOARES, 1989, p. 29)

A autora supracitada afirma que a utilização ou não dos códigos elaborado ou restrito vai depender do acesso a forma de pensamento qualitativamente diferente, principalmente a posse ou não da capacidade de adequar a linguagem ao contexto.

O estímulo ao discurso sempre existiu durante todas as eras da civilização humana, pois é ele o suporte da dinâmica social, surgindo da necessidade de fazer-se entender, tornando a língua um elemento de interação entre o indivíduo e a sociedade em que ele atua e, principalmente, o requisito primordial para a existência da sociedade. Portanto,

[...] nas inúmeras situações sociais do exercício da cidadania que se colocam fora dos muros da escola – a busca de serviços, as tarefas profissionais, os encontros institucionalizados, a defesa de seus direitos e opiniões – os alunos serão avaliados (em outros termos, aceitos ou discriminados) à medida que forem capazes de responder a diferentes exigências de fala e de adequação às características próprias de diferentes gêneros do oral. Reduzir o tratamento da modalidade oral da linguagem a uma abordagem instrumental é insuficiente, pois, para capacitar os alunos a dominarem a fala pública demandada por tais situações. (BRASIL, 1998, p. 25)

De acordo com o referencial supracitado, cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações da vida pública, sem estigmatizá-los.

Atualmente ele é concretizado de forma excepcionalmente maciça, e abrange todos os segmentos da sociedade, sendo em alguns casos mais sadia, proveitosa e culta que outros e se manifesta através de vários canais como as falas dos sujeitos coexistentes em seu ambiente social, as experiências resultantes da relação sujeito-sujeito, os livros, a televisão, o cinema, a imprensa, o rádio, o telefone, os cartazes de propaganda, os desenhos, as músicas etc. Sendo assim,

[...] não se pode falar de “inferioridade” ou “superioridade” entre línguas, mas apenas de diferenças, não se pode falar de inferioridade ou superioridade entre dialetos geográficos ou sociais ou entre registros. Também aqui, como ocorre em relação às línguas, cada dialeto e cada registro é adequado às necessidades e características do grupo a que pertence o falante, ou à situação em que a fala ocorre: todos eles são, pois, igualmente válidos como instrumentos de comunicação; [...]. (SOARES, 1989, p. 40)

A autora supracitada destaca que não há nenhuma evidência linguística que permita afirmar que um dialeto é mais “expressivo” e “correto” que o outro, pois todos eles são sistemas linguísticos igualmente complexos, estruturados e lógicos.

A língua, como pioneira e indispensável na formação da sociedade possui variações etnológicas oriundas de culturas diferentes, mas as diferenças não se limitam ao visível, óbvio princípio do mundo poliglota. Portanto,

Do ponto de vista linguístico, ou sociolinguístico, o conceito de “deficiência linguística” é um desses estereótipos, resultado de um preconceito, próprio de sociedades estratificadas em classes, segundo o qual é “superior”, “melhor” o dialeto das classes socialmente privilegiadas; na verdade, essa “superioridade” não se deve a razões linguísticas, ou a propriedades inerentes a esse dialeto, mas a razões sociais: o prestígio de que essas classes gozam, [...]. (SOARES, 1989, p. 41)

A autora supracitada destaca que o prestígio que determinada camada goza na estrutura social é estendido a todos os seus comportamentos, principalmente a seu dialeto.

A sociolinguística aborda “problemas” que vão além de relações simplistas entre a língua e a sociedade. Ela estuda a estrutura linguística e a estrutura social, comparando-as e mostrando as variações sistemáticas para proporcionar um relacionamento causal em uma direção ou em outra, privilegiando a diversidade linguística, limitando suas dimensões

que, a princípio, são: a do emissor, a do receptor e a da situação (contexto em que ocorrer). Assim,

[...] assumimos a linguagem como opaca, equívoca, heterogênea; o sujeito como sendo constituído pelo outro (heterogêneo), assujeitado à linguagem, isto é, ao significante, sujeito do desejo, furado, incompleto, descentrado, clivado, sujeito da falta que busca, em vão, preenchê-la e que, nos dias de hoje, se cruza, para formar as malhas da subjetividade, com outro tipo de sujeito oriundo da sociedade capitalista, [...]. (MELMAN, *apud* SANTOS, 2009, p. 38-39)

Os autores supracitados destacam que a linguagem do sujeito contemporâneo está permeada pelo fenômeno da globalização e pela mídia, onde o sujeito está dominado por outros significantes mestres como o dinheiro, a mercadoria, o consumo, a estética do corpo e outros que conferem status e legitimidade.

A língua é um acontecimento cuja estrutura e léxico funcionariam como elementos representativos da variação social, onde a fala apresenta variações de escolha por um lado e de outro a força repressiva da norma comum, onde o primeiro fenômeno constitui um dos principais problemas da Sociolinguística: a diversidade/uniformidade, condicionada por fatores extralinguísticos. Sendo assim,

[...] o discurso é uma emergência na rede histórica das formulações. É uma produção de sentidos realizada por sujeitos sócio-históricos que, em um momento, constroem enunciados a partir das redes de memória. Enquanto acontecimento, o discurso se instala nos jogos entre memória e esquecimento, nos interstícios entre a fala que enuncia e a alteridade. (SANTOS, 2009, p. 53)

O autor supracitado apresenta o discurso como um acontecimento entre uma atualidade e uma memória formando uma teia de discursos com sentido.

3. *Pesquisa de Campo e Discussões*

A metodologia desse trabalho é qualitativa com pesquisas bibliográficas e quantitativa contemplando observações, realizadas nas turmas do 1º ano escolar do ensino fundamental I de uma escola estadual de Campos dos Goytacazes – RJ em 2014, colhidas através de entrevistas feitas as professoras do respectivo ano escolar.



Gráfico I – Qual o método que vocês utilizam para alfabetizar?

Verifica-se que a metade das professoras utiliza métodos mistos, 30% analítico palavração e 20% sintético alfabético, confirmando que ainda existem professoras presas aos velhos métodos de cartilha.

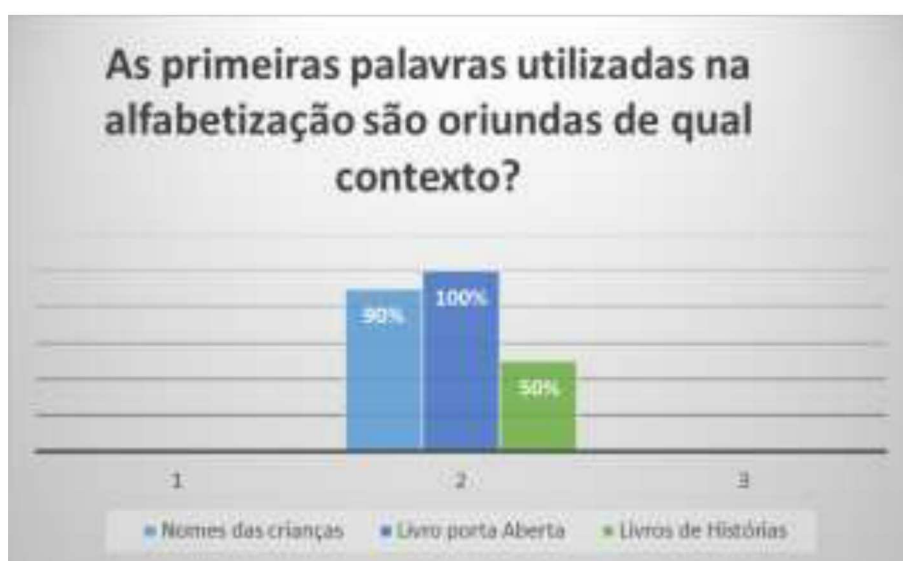


Gráfico II –

As primeiras palavras utilizadas na alfabetização são oriundas de qual contexto?

Constata-se que elas utilizam o livro *Porta Aberta*, 50% utilizam livros de história caracterizando o método analítico contos e 90% partem do nome das crianças.

Analisando o referido livro pode perceber que obedece a sequência de uma cartilha sem respeitar o interesse cognitivo dos alunos e as figuras que aparecem confundem as crianças porque o fonema trabalhado não condiz com o primeiro fonema da figura.

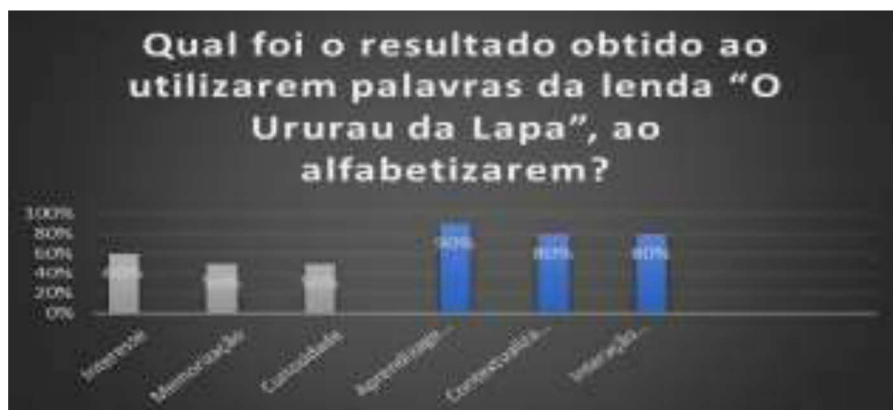


Gráfico III – Qual foi o resultado obtido ao utilizarem palavras da lenda “O Ururau da Lapa”, ao alfabetizarem?

Verifica-se que a lenda trabalhada representou cenas reais de comunicação, que ao dominarem a estória aumentou o interesse, a memorização das palavras como “jacaré”, a curiosidade, a interação social e consequentemente a aprendizagem significativa por fazer parte da nossa região. E a partir dessa experiência concreta de diferentes formas e instrumentos sociais de representação, as crianças da classe popular chegaram com mais facilidade à elaboração conceitual em relação a escrita e a leitura.

4. Considerações finais

O aprendizado da escrita requer a formação de conceitos, envolvendo a natureza comunicativa e as propriedades específicas do sistema gráfico, que os diferencia de outros sistemas de representação.

As crianças trazem a sua própria concepção da escrita que nem sempre corresponde a concepção do adulto. O professor não pode desconhecer as diferenças entre a expressão e a comunicação, criticando a visão tradicional da escrita como representação gráfica ou transposição da oralidade. Enquanto a escrita tende a fixação de padrões, a oralidade tende à mudança e à transformação.

Na sociedade letrada contemporânea, a escrita se tornou um processo de representação e de comunicação autônomo, independente da fala, circulando em outro tipo de intercâmbio social.

A sociedade necessita de mais relações cooperativas, e a sala de aula é um ambiente frutífero para se propor uma metodologia que favoreça tais relações. Contudo, verifica-se que é necessário mais investimento na formação continuada dos professores, para que, nesse sentido, o re-

pertório de alternativas de abordagem em sala de aula se multiplique.

É preciso entender que as primeiras formas de escrita como os nomes, estão carregadas de significação. A relação dialógica é de fundamental importância para tornar a aprendizagem um processo de construção do conhecimento.

Partir de palavras e histórias oriundas da cultura regional da criança vai contribuir para construir um caminho pedagógico de significação da oralidade à escrita não se limitando apenas a grafia, atuando epilinguisticamente sobre a sua própria linguagem e as formas socializadas de representação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. *A avaliação da aprendizagem escolar*: fascículo 11. Petrópolis: Vozes, 2001.

BARCELOS, Álvaro. *A linguagem da baixada Goitacá*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1992.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. O problema dos gêneros discursivos. In: _____. *Estética da criação verbal*. Trad.: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. Língua portuguesa: ensino de quinta a oitava séries. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu*. São Paulo: Scipione, 2002.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 2003.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JORDÃO, Rose; OLIVEIRA, Clenir Bellezi de. *Letras e contextos*. 1. ed. São Paulo: Escala Educacional, 2005.

LEME, Odilon Soares. *Linguagem, literatura, redação*. São Paulo: Ática, 2003.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Educação e letramento*. São Paulo: UNESP, 2004.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ROJO, Roxane. *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola, 2012.

SANTOS, João Bosco Cabral dos. (Org.). *Sujeito e subjetividade: discursividade contemporânea*. Uberlândia: Edufu, 2009.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola*. São Paulo: Ática, 1989.